

## MANIFESTO COMUNISTA: QUAL HISTORICIDADE? *COMUNIST MANIFEST: WHICH HISTORICITY?*

Marcos Del Roio<sup>1</sup>

**RESUMO:** este artigo se interroga sobre a atualidade do Manifesto Comunista, de Marx e Engels, demarcando o texto no seu próprio tempo (1848), nos últimos tempos de vida de Engels (1895), no momento da eclosão da revolução socialista na Alemanha (1918) e na atualidade. A conclusão é que o texto tem atualidade permanente enquanto for necessária a crítica teórico/prática da ordem do capital.

**PALAVRAS-CHAVE:** Marx e Engels. Proletariado. Revolução socialista.

**ABSTRACT:** this article ask itself about the permanence of Marx and Engels' Communist Manifest, demarking the text in its own time (1848), in the last Engels' day's life (1895), at the moment of the explosion of the German socialist revolution (1918) and today. The conclusion is that this text remains current while it is necessary the theoretical and practice criticize of the capital.

**KEYWORDS:** Marx and Engels. Proletariat. Socialist revolution.

### I

Há sentido em se falar hoje do *Manifesto do Partido Comunista*, assinado por Karl Marx e Friedrich Engels, como um documento dotado de atualidade ou esse não passa apenas de um interessante material de estudo das idéias e lutas sociais do século XIX? Essa pergunta se desdobra em outra que exige que se responda sobre a atualidade de se lutar pela superação do capitalismo, pela revolução comunista, cujo sujeito fundamental seria, ontem e hoje, a classe operária.

Muitos intelectuais e agentes políticos que se colocam no campo da esquerda responderão, sem parar para refletir, de forma negativa. Mas essa é a resposta que diferencia aqueles que são ainda hoje comunistas daqueles outros que se postam no campo da esquerda, mas que não são comunistas, pelo menos na acepção que Marx e Engels atribuíram a essa categoria científica.

---

<sup>1</sup> Professor de Ciências Políticas (UNESP-Marília). Coordenador do Grupo de Pesquisa Cultura e Política do Mundo do Trabalho.

Que sentido há em se falar em comunismo se a própria existência do proletariado está colocada em dúvida até mesmo no campo das esquerdas? Pode haver movimento e partido comunista sem que exista o proletariado? Afirmar a atualidade do Manifesto do Partido Comunista exige a demonstração teórica e prática da existência do proletariado, da sua constituição enquanto classe e da sua expressão política enquanto partido revolucionário, pelo menos enquanto possibilidade. Entender o momento histórico atual e vislumbrar as suas perspectivas exige um balanço, que aqui não poderá ser feito, da trajetória do movimento comunista, até para que se possa aventar a atualidade do Manifesto do Partido Comunista.

A pré-história do movimento comunista se desborda da própria revolução burguesa original (Inglaterra, EUA, França), mas particularmente de revolução francesa, com o jacobinismo. O comunismo, na origem, é uma variante à esquerda do jacobinismo, onde se destaca o nome de Felippo Buonarroti, seguidor de Babeuf. A rigor, o movimento comunista surge nos anos 1830, ao mesmo tempo em que se pode falar da construção da classe operária, pelo menos na Inglaterra e na França. As ideologias da nova classe o que a ela se referiam eram muito diversificadas. Uma dessas tendências e agrupamentos era a Liga dos Justos, formada por exilados alemães. Marx tinha simpatia com esse grupo, mas só veio a se filiar no começo de 1847, juntamente com Engels, quando a organização mudou o nome para Liga dos Comunistas. Na verdade, em toda a Europa, havia a difusa premonição de que uma explosão revolucionária estava para ocorrer.

## II

Em 1847, Engels escreveu *Princípios do comunismo*, que serviu de base para a redação do Manifesto, cuja tarefa havia sido atribuída a Marx pela Liga, em novembro desse mesmo ano. O texto só ficou pronto em fevereiro de 1848, quando as trombetas da revolução já soavam forte. Assim, o *Manifesto do partido comunista* era o programa da Liga dos Comunistas, uma das organizações do movimento operário na sua primeira fase de construção. Mas era (e é) muito mais do que isso: é uma síntese preciosa da visão materialista e dialética da história dos homens e, em particular, do capitalismo e sua necessária superação no comunismo, como possibilidade de uma humanidade emancipada.

O texto informa que por história se entende a época que surge com a divisão social do trabalho e com o Estado, mas insiste na particularidade do capitalismo, uma ordem social emersa das entranhas da sociedade feudal e que representa o ápice da sociedade dividida em classes: “Mas a moderna propriedade privada burguesa é a última e a mais perfeita expressão do modo de produção e apropriação baseado nos antagonismos de classes, na exploração de uns sobre os outros.” (MARX e ENGELS, 1998a, p.52)

Marx e Engels destacam como a época burguesa tende a simplificar os conflitos de classe, como desenvolve as forças produtivas, como unifica o mercado, mas também como gera crises sempre maiores, de acordo com a grandeza da riqueza produzida e que precisa ser destruída para que a crise seja superada. Vemos no *Manifesto* uma descrição sucinta de como a burguesia revolucionou o mundo e como “[...] a burguesia, com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno”. (MARX e ENGELS, 1998a, p.42)

O fundamental, no entanto, é que o capital, que a burguesia personifica, depende da geração de proletários, de homens expropriados dos seus meios de subsistência, mas livres para venderem a sua força de trabalho. De início, o proletariado é produto da ação do capital que os aglomera na fábrica, quando de imediato começa a sua luta contra a burguesia e a sua constituição como classe. A dispersão inicial é superada ainda pela ação do capital, pois com o desenvolvimento da grande indústria necessita de uma massa aglomerada maior de operários, o que facilita a sua organização e a sua luta, que reforça a união. Os meios de comunicação facilitam os contatos e a organização dos operários de várias localidades até que se configure uma luta de classes. Mas pelo fato de viverem sob o domínio do capital e de serem, enquanto força de trabalho, mercadoria, a concorrência enfraquece ou destrói a organização da classe operária, pois “[...] a condição de existência do capital é o trabalho assalariado. Esta se baseia exclusivamente na concorrência dos operários entre si.” (MARX e ENGELS, 1998a, p.51)

Por outro lado, “[...] o movimento proletário é o movimento autônomo da imensa maioria em favor da imensa maioria.” (MARX e ENGELS, 1998a, p.50) Aqui é que entra a questão da relação entre o comunismo e o movimento proletário. A característica distintiva do comunismo está no seu internacionalismo e no considerar a classe como um todo e não uma sua parcela qualquer. É seu objetivo imediato a “[...] constituição do proletariado em classe, [a] derrubada da supremacia burguesa, [a] conquista do poder político pelo proletariado” (MARX e ENGELS, 1998a, p.51), com a finalidade de suprimir a propriedade privada, que na época burguesa se move no antagonismo entre capital, como poder social, e trabalho assalariado.

Assim, “[...] a primeira fase da revolução operária é a elevação do proletariado à classe dominante, a conquista da democracia”, quando então o Estado se identificará com o proletariado como classe dominante, o qual terá que promover “[...] intervenções despóticas no direito de propriedade e nas relações de produção burguesas.” (MARX e ENGELS, 1998a, p.56) Ainda que não esteja presente no texto, o conceito de ditadura do proletariado está implícito, como pode ser percebido, entendendo-se democracia como poder operário, poder da maioria que trabalha.

O comunismo é a negação / superação / transposição desse antagonismo social gerado pela divisão social de trabalho, pela propriedade privada dos meios de produção. O fim do poder social do capital permite que o trabalho reverta para os interesses vitais dos próprios trabalhadores. No comunismo se “[...] trata efetivamente de abolir a individualidade burguesa, a independência burguesa, a liberdade burguesa”. (MARX e ENGELS, 1998a, p.53)

Enfim, “[...] quando, no curso do desenvolvimento, desaparecerem os antagonismos de classes e toda a produção for concentrada nas mãos dos indivíduos associados, o poder público perderá o seu caráter político. O poder político é o poder organizado de uma classe sobre outra”, mas o proletariado destrói a sua própria dominação como classe e “[...] surge uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um é o livre desenvolvimento de todos”. (MARX e ENGELS, 1998a, p.58-59)

Para bem marcar a sua posição diferenciada, no *Manifesto*, Marx e Engels fazem a crítica de todo o pensamento socialista presente no cenário político e cultural do tempo. Assim podem demarcar as alianças políticas possíveis, sem deixar de acentuar que “os comunistas

lutam pelos interesses e objetivos imediatos da classe operária, mas, ao mesmo tempo, defendem e representam, no momento atual, o futuro do movimento.” (MARX e ENGELS, 1998a, p.68)

A análise concreta está presente no *Manifesto* de uma maneira muito clara na política de alianças propostas para circunstâncias diferentes. Na França é proposta a aliança com o reformismo pequeno burguês; na Alemanha, que estava próxima de uma revolução burguesa, a aliança com a burguesia era possível sempre que essa agisse de forma revolucionária e contribuísse para a construção da democracia; na Polônia dever-se-ia lutar pela libertação nacional. Embora não esteja dito, para a Inglaterra, onde a classe operária era numerosa e havia se organizado no promissor movimento cartista, as esperanças de Marx eram bastante otimistas, apesar da derrota de 1847-48. De modo, que “[...] em resumo, os comunistas apóiam em toda a parte qualquer movimento revolucionário contra a ordem social e política existente.” (MARX e ENGELS, 1998a, p.69)

Percebe-se como no *Manifesto* se enreda, em um mesmo pensamento, a análise científica da História, a previsão e o programa político, o que exprime um método, cuja atualidade e permanência é indiscutível. Mas esse documento notável, como já foi sugerido, foi exarado em um determinado momento da história, um momento crucial da época da revolução burguesa, que exigia de Marx e Engels um programa e uma previsão pensada para um prazo mais curto, quase imediato, como é o tempo da eclosão revolucionária.

Marx e Engels supunham a ocorrência de uma revolução proletária internacional conduzida pela classe operária anglo-francesa e que arrastaria todo o continente. Na Inglaterra, como a classe operária tendia a ser maioria, a conquista da democracia coincidiria com o poder operário; na França, cuja industrialização era menor, a classe operária precisaria de aliados de outras camadas sociais; na Alemanha a revolução burguesa não conseguiria se estabilizar, sendo logo ultrapassada pela revolução proletária, num processo de revolução permanente, mas também nesse caso a classe operária precisaria de aliados na conquista da democracia. Nessa acepção, para Marx e Engels, a democracia não podia ser outra coisa que uma conquista revolucionária da classe operária e seus aliados, nunca uma obra completa da burguesia liberal, de modo que a democracia se identificaria com a ditadura do proletariado.

No jornal *Nova Gazeta Renana* pode ser acompanhada as posições de Marx e Engels durante o processo revolucionário, particularmente numa série de três artigos escritos nos primeiros meses de 1850, onde surge a expressão ditadura do proletariado. (Cf. MARX e ENGELS, 1989) A derrota da revolução e a subsequente extinção da Liga dos Comunistas, em 1852, não implicaram na diminuição da importância do *Manifesto*. Esse texto, originalmente escrito em alemão, logo conseguiu traduções em inglês e francês, as línguas da classe operária em revolução, por assim dizer, mas foi se difundindo aos poucos, sem parar, para outros países, para outras línguas.

### III

O tempo da Associação Internacional dos Trabalhadores (1864-1876), particularmente na sequência da Comuna de Paris, foi momento propício para a recuperação do *Manifesto*. Os próprios autores, nos prefácios para algumas edições, destacaram algumas lacunas ou aspectos superados do *Manifesto*. Depois da experiência da Comuna de Paris, Marx e Engels passaram

a oferecer maior ênfase na necessidade de se destruir a máquina do Estado existente (1872). Em seguida notaram a tendencial mudança no espaço da revolução, assim como a mudança de posição na combinação das áreas capitalistas, destacando o crescimento dos EUA e das possibilidades revolucionárias latentes na Rússia (1882), o que esvaziava a supremacia da Europa ocidental, até então incontestes. (Cf. MARX e ENGELS, 1998b, p.71 e ss).

A partir da morte de Marx, em 1883, não só o *Manifesto*, mas o conjunto da obra marxiana ficou sob responsabilidade de Engels, no que se refere à organização, publicação, divulgação e sistematização. A II Internacional fora fundada em 1889, e Engels se tornara a sua principal referência teórica, ainda que seja impossível afirmar que o movimento operário alemão ou europeu pudesse ser considerado de algum modo qualquer que fosse, marxista. A última iniciativa que Engels se propôs nesse trabalho de garantir para a posteridade à monumental obra de Marx, para a qual tanto ele próprio contribuíra, foi a organização de um pequeno volume contendo os três artigos da *Nova Gazeta Renana*, do começo de 1850, chamados “De 1849 a 1850”, aos quais foi juntado um artigo posterior, já da revista com o mesmo nome. (Cf. MARX, 1956)

A esse volume ao qual foi dado o título de *As lutas de classes na França*, Engels redigiu uma “Introdução” que ganhou uma repercussão que não podia ser esperada por ele mesmo. Engels, por suposto, não poderia saber que a morte o apanharia muito pouco tempo depois e que esse texto seria consagrado como sendo seu testamento político. Nesse escrito, devido à situação difícil em que se encontrava o partido socialdemocrata alemão, acuado pela ameaça de ser jogado na ilegalidade, Engels fez algumas concessões pontuais, que tiveram sérias implicações no debate subsequente a sua morte que permanecem até hoje.

A leitura desse texto chama atenção para um possível objetivismo ou mesmo economicismo de Engels. A importância dada ao desenvolvimento da economia industrial desde 1850 é facilmente percebida. A crítica funda à concepção teórica política que alimentava os comunistas naquele então sugere que o *Manifesto* poderia estar ultrapassado, assim como a tática jacobina da revolução permanente e até a ditadura do proletariado. Engels destaca como era ilusória a visão de que o capitalismo e o poder burguês estavam a ponto de enfrentar a sua hora final. Em comparação indica o quanto a indústria capitalista havia crescido nas últimas décadas, o quanto o poder político da burguesia havia avançado em força e complexidade, em poder repressivo, em poder institucional e ideológico. Tudo esse poder se manifestava em formas institucionais liberais democratizadas pelo “sufrágio universal”.

Por outro lado, o proletariado vinha se fortalecendo em número concentrado, pela própria ação do capital. De sua parte, o proletariado se organizava enquanto classe em sindicato e partido, além de cooperativas e associações de cultura. O texto de Engels sugere que a classe operária, ainda que bem mais forte do que em 1848-1850, ainda contava com uma correlação de forças desfavorável. Ainda faltava muito para que a classe operária se propusesse como novo Estado, não só por organização como por ideologia. Tratava-se ainda de organizar e educar a classe operária para a revolução utilizando as instituições autônomas que vinha criando, mas também a institucionalidade burguesa, mormente o “sufrágio universal” e o parlamento. Diante da força do poder burguês, Engels notava que só uma imensa força revolucionária que

integrasse e disciplinasse a classe operária poderia ser bem sucedida e isso quando uma crise capitalista abrisse brechas que pudessem ser aproveitadas.

A dialética da História apresentada no Manifesto está muito presente, apenas que com outros números, com outras massas, com outras combinações. A dinâmica do capital fortalece a classe operária e não consegue contornar indefinidamente as suas crises. De fato, Engels sabia que o capitalismo arrastava já uma longa depressão desde meados dos anos 70 e alimentava a expectativa de que a virada do século poderia apresentar eventos revolucionários de monta, na Alemanha ou na Rússia. A importância dada a “Introdução” fez com que se esquecessem outros escritos da mesma época e que esse fosse utilizado para sinalizar um Engels iniciador, ele mesmo, do reformismo, quando, em verdade, ele apenas anotou a necessidade de uma estratégia diferenciada para a construção da classe operária e para a revolução, não deixando de enfatizar ainda que tratasse da particularidade alemã.

Na verdade, Engels pensava um processo revolucionário do qual a grande maioria do proletariado seria agente consciente e organizado, avaliando como superada a tática jacobina do blanquismo. No entanto, mesmo ao arrepio da vontade de Engels, seu texto foi utilizado para justificar a tática que priorizava a ação dentro da institucionalidade liberal-burguesa, com o intuito de democratizá-la.

#### IV

Quando a revolução socialista internacional arrebentou em 1917, na Rússia, se espalhando em seguida pela Europa, Alemanha em particular, em um discurso no congresso de fundação do Partido Comunista da Alemanha – KPD, na virada do ano de 1918, Rosa Luxemburg fez uma relação dialética entre os dois textos, entre dois momentos históricos diferentes, ainda que tampouco conhecesse o texto original de Engels de 1895. Ao debater o programa do novo partido que se formava, afirmava Rosa, “[...] retomamos assim a trama urdida por Marx e Engels no Manifesto Comunista há precisamente 70 anos. Como vocês sabem, o Manifesto Comunista considera o socialismo, a realização dos objetivos socialistas, a tarefa imediata da revolução proletária.” (LUXEMBOURG, 1976, p.607)

Rosa afirmava a atualidade imediata, prática, do *Manifesto Comunista*, pois nesse estão expostas

[...] as mesmas tarefas com que hoje imediatamente nos defrontamos: a execução, a realização do socialismo. Setenta anos de desenvolvimento capitalista separam o atual momento do tempo em que esse programa foi estabelecido; e a dialética histórica levou-nos de volta, hoje, à concepção que Marx e Engels haviam abandonado por considerá-las errada. (LUXEMBOURG, 1976, p.609)

O contraponto feito então por Rosa é com o programa da SPD estabelecido em Erfurt, em 1891, determinado, segundo ela, pela leitura da Introdução de Engels ao livro de Marx que ele compusera. Depois de citar passagens do escrito de Engels, enuncia:

[...] e aqui Engels começa uma crítica detalhada da ilusão segundo a qual, nas modernas condições do capitalismo, o proletariado poderia obter qualquer coisa nas ruas, com a revolução. Na medida em que estamos em plena revolução, uma revolução de rua, com tudo que ela comporta, penso que já é tempo de polemizar com uma concepção que oficialmente até

o ultimo minuto era habitual na socialdemocracia e que é co-responsável pelo que passamos em 4 de agosto de 1914. (LUXEMBOURG, 1976, p.610)

A concepção que predominou, porém, não era a de Engels, pois uma das partes suprimidas do texto de Engels, conforme publicado originalmente, dizia respeito às condições dos combates de rua. Então, dizia Engels, na passagem suprimida pelo editor (com sua concordância), sobre tal tipo de combate, que “[...] se produzirá mais raramente no inicio de uma grande revolução do que ao longo do seu desenvolvimento e, então, será preciso compreendê-la com forças maiores.” (ENGELS, 1956, p.23)

Rosa tenta absolver Engels de uma pretensa falha passando a responsabilidade pra a fração parlamentar do partido, que, de fato, já era predominante. O que Kautski fez depois, como principal teórico do SPD foi se subordinar ao predomínio dos sindicatos e dos parlamentares. O argumento de Rosa busca respaldo na dialética histórica, afirmando que ainda que fosse verdade que a partir de 1848 o capitalismo tinha muito a se desenvolver, não era tanto quanto o texto de 1895 de Engels deixava entrever, pois “[...] setenta anos de grande desenvolvimento do capitalismo bastaram para que pudéssemos pensar seriamente em eliminar o capitalismo da face da Terra.” (LUXEMBOURG, 1976, p.614) A revolução socialista internacional foi derrotada, tendo ficado isolada numa Rússia devastada. A derrota na Alemanha foi decisiva, pois marcou a derrota da revolução nos centros imperialistas pelo resto do século XX. Um cenário revolucionário na Europa, como 1848 e 1918, não mais se reproduziu. O *Manifesto Comunista* nunca foi esquecido, continuando a ser difundido e publicado em praticamente todo o mundo, mas podemos ainda clamar pela sua atualidade? Em que termos?

## V

Antes de tudo não é possível deixar de considerar que em 1848, derrotada foi uma determinada classe operária, ainda muito vinculada ao artesanato e manufatura. Uma nova classe operária se formou no decorrer da chamada grande depressão do século XIX, organizada em sindicatos e partidos, que teve na II Internacional o seu pólo ideológico aglutinador. Parte dessa classe operária se decidiu pela revolução quando da crise gerada pela guerra imperialista de 1914, mas foi também ela derrotada.

A ação do capital destruiu aquela classe operária, cujo perfil indicava certo grau de qualificação e capacidade de autogestão, e tentou compor uma massa trabalhadora mais subsumida ao seu domínio por meio do chamado taylorismo/fordismo. Essa massa só conseguiu aos poucos se compor como classe, mas sem ultrapassar o horizonte reformista da maioria operária do início do século XX. A pressão operária e a crise de acumulação que se apresentaram em seguida a 1968, não foram suficientes para gerar uma nova crise revolucionária nas dimensões de 1848 e 1918, mas fez sentir ao capital a necessidade de uma grande ofensiva capaz de desconstruir aquela classe que mais uma vez oferecia resistência e colocava em risco o seu domínio.

Assim, as últimas décadas da luta de classes têm se caracterizado por uma forte concentração do poder capitalista visando destruir a classe operária enquanto tal, suas instituições sociais e políticas, sua cultura, sua memória e deixá-la reduzida a uma enorme

massa amorfa de trabalhadores disponíveis para as necessidades da acumulação, sem qualquer capacidade de defesa. Soa muitas as armas para a consecução desse escopo: mudança na organização da produção e no gerenciamento do trabalho, retirada de direitos, regressão da “democracia”, indução de conflitos entre os oprimidos, etc. Mesmo assim o capital não tem conseguido superar a sua crise, que tudo indica ser estrutural ou orgânica, como se prefira, agravando a barbárie já presente na vida social.

A atualidade do *Manifesto Comunista* não está no apontar a proximidade da revolução, ainda que essa seja mais necessária que nunca, mas na indicação da necessidade de se construir a classe operária, uma nova classe e um novo movimento político do trabalho, que lute pelo comunismo, pela emancipação humana. Uma classe que se construa em claro antagonismo ao capital e que seja internacional, tal como indicava o Manifesto, pois esse é um problema muito mais concreto que em 1848, considerando que o capital estendeu o seu domínio a cada rincão do planeta. A massa trabalhadora hoje é muito numerosa, com tendência abarcar a enorme maioria da humanidade, mas é muito complexa nos seus componentes, fragmentada, muito diversificada na ocupação e na qualificação, incluindo uma parcela significativa com grau de cultura e qualificação que a intelectualiza.

O desafio é então o de construir a nova classe operária, muito maior, mais qualificada e flexível, mais capaz de dar início a revolução comunista. As dificuldades são imensas, mas o espírito de cisão, a autonomia e o antagonismo social e cultural devem ser a marca das novas organizações que se postem na luta contra o capital, aqui, agora.

## REFERÊNCIAS

ENGELS, F. Introdução. In: MARX, K. *As lutas de classes na França (1848-1850)*. Rio de Janeiro: Vitória, 1956.

LUXEMBOURG, R. Discurso sul programa. In: \_\_\_\_\_. *Scritti politici*. Roma: Riuniti, 1976.

MARX, K. *As lutas de classes na França (1848-1850)*. Rio de Janeiro: Vitória, 1956.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998a.

\_\_\_\_\_. Prefácios de Marx e Engels. In: \_\_\_\_\_. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998b.

\_\_\_\_\_. *Las revoluciones de 1848*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1989.

---

Recebido em: 15 de fevereiro de 2012

Aprovado em: 20 de abril de 2012